



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA –
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

JÉSSICA THAÍS ALBUQUERQUE DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA DO CAMPO:
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS
A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES**

JOÃO PESSOA

2019

JÉSSICA THAÍS ALBUQUERQUE DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA DO CAMPO:
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS,
A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Celia Silva Menezes.

JOÃO PESSOA

2019

S586p Silva, Jessica Thais Albuquerque Da.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA DO CAMPO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES / Jessica Thais Albuquerque da Silva. - João Pessoa, 2019. 46 f. : il.

Orientação: Ana Célia Silva Menezes. Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Criança. 2. Escola do Campo. 3. Família. 4. Participação. I. MENEZES, Ana Célia Silva Menezes. II. Título.

UFPB/BC

FOLHA DE APROVAÇÃO

JÉSSICA THAÍS ALBUQUERQUE DA SILVA


A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA DO CAMPO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS, A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES.

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo.

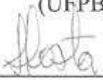
Orientadora: Profª Drª Ana Célia Silva Menezes

Aprovado em: 09/05/2019


BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ana Célia Silva Menezes
(orientador)
(UFPB)



Prof. Dr. Luciélino Marinho da Costa
(examinador)
(UFPB)



Profª. Mª. Maria Lígia Isidório Alves
(examinadora)
(PPGE/UFPB)

Dedico este trabalho à minha família e ao meu noivo por todo o incentivo, cuidado, compreensão e amor que me deu durante os cinco anos. Vocês são tudo para mim.

AMO VOCÊS!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, sem Ele, tenho certeza que nada é possível, pois Ele ilumina e me guia sempre...

À minha família, minha base, por todo amor, dedicação e incentivo. Pessoas que sempre estão presentes em minha vida. Muitas delas são referenciais para mim, como minha mãe Helenilda e meu pai Wellington, trabalhadores que sempre se dedicaram para me dar o possível, para que eu me tornasse uma pessoa de bem. Eles são responsáveis pelo que sou. A eles devo minha eterna gratidão.

Ao meu noivo José Romário, que sempre acreditou em minha capacidade e me deu forças para eu ir sempre mais além. Por ter chegado muitas vezes tarde da noite, debaixo de chuva, pois tinha que me levar e buscar na universidade, mas sempre com aquele sorriso no rosto e com muito carinho. Meu agradecimento pela compreensão em todos os momentos em que estive ausente e por toda paciência.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram especialmente “meus bolachinhas”, Aline e Leonilson que conheci por meio desse curso. Foram anjos que se colocaram em minha vida. Eu e Aline estivemos juntas desde o início, enfrentamos muitas dificuldades, mas nunca deixamos de dar força uma à outra, aí depois chegou Leonilson, que já era nosso colega de turma, mas só na metade do curso que esse trio se juntou, e nossa amizade ficou completa, os bolachinhas mais invejados. Se eu não tivesse chegado até aqui, a amizade deles já teria sido um grande fruto dessa trajetória.

A alguns professores (as) que tive a alegria de partilhar momentos ricos em aprendizados durante esses cinco anos, através desse curso de Pedagogia com aprofundamento na área do campo.

À minha orientadora Ana Célia, pela orientação e paciência durante a realização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

E, por fim, agradeço a todos que me ajudaram direta e indiretamente para que eu realizasse este trabalho. Muito obrigada!

RESUMO

A participação da família na vida escolar é indispensável para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem da criança. A partir desse entendimento buscamos neste trabalho analisar a importância da participação da família no ambiente escolar no que se refere à aprendizagem das crianças no contexto do campo. Para fundamentação teórica das nossas reflexões utilizamos os seguintes autores: Caldart (2013), Molina e Freitas (2011) com a discussão sobre Educação e Escola do Campo; Wallon (1980, 1998), Frota (2007) para a discussão sobre infância e aprendizagem. Trata-se de um trabalho que resulta de uma pesquisa de campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, no Assentamento Tiradentes do Município de Mari – PB. Foram entrevistadas duas professoras e a gestora da escola. Como resultados destacou-se a importância da aproximação entre a família e a escola do campo. Contudo, os depoimentos não explicitam estratégias diferenciadas da escola para garantir a participação efetiva das famílias no acompanhamento da aprendizagem das crianças. Questões sociais e pedagógicas merecem maior aprofundamento nesta problemática.

Palavras-chave: Criança. Escola do Campo. Família. Participação.

ABSTRACT

Family participation in school life is essential for the development of the teaching and learning process of the child. From that understanding we seek this job, analyze the importance of the participation of the family in the school environment as regards the learning of children in the context of the field. For theoretical foundation of our reflections, we use the following authors: Caldart (2013) Molina and Freitas (2011) with the discussion on education and School of the field; Wallon (1980, 1998) Frota (2007) for discussion about children and learning. It is a work that results from a field research on Infant Education Municipal school and elementary school in the settlement of Tiradentes, in the Tiradentes settlement on municipality of Mari-PB. Two teachers were interviewed and the Manager of the school. As results highlighted the importance of rapprochement between family and school in the field. As results highlighted the importance of rapprochement between family and school in the field. However, the testimony does not make explicit differentiated strategies of school to ensure the effective participation of the families in the monitoring of children's learning. Social and pedagogical issues deserve greater deepening in this problem.

Keywords: Child. Field school. Family. Participation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 EDUCAÇÃO, ESCOLA E FAMÍLIA NO CONTEXTO DO CAMPO	11
2.1 Escola do Campo	14
2.2 Família e comunidade como espaços educativos.....	15
3 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA.....	19
3.1 Elementos Históricos e Conceituais	19
3.2 A aprendizagem na infância.	22
4 A PESQUISA: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA DO CAMPO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS, A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES.....	25
4.1 Caracterização do estudo	25
4.2 Instrumentos, sujeitos e procedimentos da pesquisa	26
4.3 Contextualização do campo de pesquisa	26
4.4 A relação entre a participação da família no ambiente escolar e a aprendizagem da criança no contexto do campo	29
4.5 Contribuições e Desafios à aprendizagem da criança a partir do olhar dos professores..	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	43
Apêndice A – Caracterização da escola.....	44
Apêndice B – Caracterização do professor	45
Apêndice C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	46

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a participação da família no contexto escolar não é algo recente, é uma discussão que há décadas vem sendo feita no ambiente escolar e é consenso na fala dos educadores a importante contribuição que essa relação tem na aprendizagem das crianças. Esse entendimento nos motivou a escolher como temática desse trabalho a participação da família na escola do campo.

Compreendemos que a escola e a família não são os únicos lugares de aprendizagem da criança, mas concordamos que esses são espaços privilegiados e que na sociedade contemporânea muitas questões interferem nessa relação. A tarefa da educação dos filhos em primeiro lugar é dos pais ou responsáveis e cabe ao Estado, como poder público oferecer, através da escola, a escolarização. Contudo, ressaltamos a grande importância de haver parcerias entre a escola e a família, porque do contrário a escola não dá conta sozinha do seu papel. Cabe à escola promover atividades, eventos, reuniões, para mostrar à família que a presença dela é importante na vida de seus filhos. Entretanto, é fato que as instituições escolares apresentam poucos avanços nesse diálogo com as famílias.

Ao longo do curso de graduação em pedagogia com aprofundamento da área do campo, sobretudo por meio de pesquisas e através de estágios podemos observar muita reclamação por parte dos professores da falta de apoio e da pouca participação dos pais na escola. Frente a essa situação decidimos neste trabalho de conclusão de curso (TCC) investigar: *Qual a relação entre a participação da família no ambiente escolar e a aprendizagem da criança no contexto do campo?*

Com base na problemática acima, apresentamos o seguinte objetivo geral de estudo: Analisar a importância da participação da família no ambiente escolar no que se refere à aprendizagem das crianças no contexto do campo. A partir desse objetivo elencamos alguns outros mais específicos:

- Refletir sobre a identidade e especificidades da Escola do Campo.
- Problematicar quais são as estratégias utilizadas pela escola para provocar a participação das famílias.
- Discutir a partir da percepção dos professores sobre a importância da relação entre escola e família no que se refere à aprendizagem da criança.

Para o alcance desses objetivos realizou-se uma pesquisa de campo, qualitativa, utilizando como instrumento a entrevista semiestruturada, envolvendo professoras que atuam na escola Tiradentes.

O referencial teórico deste trabalho teve como base os estudos de Caldart (2013), Molina e Freitas (2011) para discussão sobre Educação e Escola do Campo; Wallon (1980, 1998), Frota (2007) para a discussão sobre infância e aprendizagem.

Ao concluir a presente pesquisa o texto foi organizado em quatro (4) capítulos. A introdução, na qual são apresentados o tema, objetivos, questão problema, e perspectiva metodológica e teórica do trabalho; o capítulo dois (2), apresenta elementos conceituais e históricos da Educação e Escola do Campo; no capítulo três (3) tratamos sobre as reflexões a respeito do desenvolvimento da infância através dos elementos históricos, conceituais e sua aprendizagem; no capítulo quatro (4), apresentamos a pesquisa, caracterizando o campo, os sujeitos da pesquisa, mostrando seus instrumentos, sujeitos e procedimentos e, por fim, as considerações finais, elencando os resultados.

2 EDUCAÇÃO, ESCOLA E FAMÍLIA NO CONTEXTO DO CAMPO

O propósito de refletir sobre Educação do Campo, neste capítulo, é mostrar as especificidades conceituais e educacionais dos sujeitos do campo, suas diversidades culturais, sociais, políticas e econômicas, bem como ressaltar que a realidade educacional campesina nos mostra problemas e insuficiências na efetivação do que se apresenta como “ideal” de Educação ou Escola do Campo.

A concepção de Educação do Campo se desenvolve através da prática socioeducativa e política dos movimentos sociais do campo, tendo como base seu processo histórico de luta das classes trabalhadoras pela superação do sistema capitalista. Os povos do campo por meio dessas batalhas vão tentando garantir o acesso ao conhecimento através de uma educação de qualidade em sua própria região, valorizando sua terra e seus costumes culturais.

A educação do campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra-hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis (CALDART, 2013, p. 262).

A Educação do Campo se constitui como um grande movimento social, pois busca reconhecer o trabalho e a riqueza que esses trabalhadores do campo têm por meio de sua forma de trabalho, suas raízes, culturas, resistência, organização, compreensão política, enfim, pelo seu modo de vida.

Essa associação da Educação do Campo ao modo de vida do povo camponês é fundamental na caracterização da escola do campo e produção de conhecimentos válidos e significativos a esta população.

A educação dos povos do campo enfrenta muitos desafios, pois o acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo constituem algo que ainda não foi conquistado. É preciso ainda muita luta e um olhar do governo para essas pessoas, pois, são muito intensas a desigualdade e a precariedade do acesso à educação escolar nos diferentes níveis, no meio rural.

Dentre as graves carências, destacam-se: a taxa de analfabetismo da população de anos ou mais, que apresenta um patamar de 23,3% na área rural, três vezes superior àquela da zona urbana, que se encontra em 7,6%; a escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural, é de 4,5 anos, enquanto no meio urbano, na mesma faixa etária, encontram-

se em 7,8 anos; as condições de funcionamento das escolas de ensino fundamental extremamente precária, pois 75% dos alunos são atendidos em escolas que não dispõem de biblioteca, 98% em escolas que não possuem laboratórios de ciências, 92% em escolas que não têm acesso à internet (MOLINA; MONTENEGRO; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

A luta pela emancipação é um traço pedagógico de diversas populações, povos camponeses, indígenas, caiçaras, quilombolas, pessoas que estão em busca de uma educação de qualidade, numa perspectiva contra-hegemônica. Segundo Menezes (2012), para essas populações o campo é primordialmente um espaço de vida, lugar de luta e elemento identitário. E, por isso, cabe à escola contribuir no fortalecimento desse território.

Caldart (2004) afirma que a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo foi realizada em 1998, que foi o momento do batismo coletivo de uma capacidade de lutar e de pensar uma educação para os brasileiros que trabalham e vivem no e do campo. Através dessa Conferência os Movimentos Sociais do Campo inauguraram uma nova referência para o debate e a mobilização popular: *Educação do Campo* e não mais educação rural ou educação para o meio rural.

A Educação do Campo, diferente da Educação Rural, surge com os movimentos sociais que reivindicam políticas educacionais apropriadas ao seu jeito de viver, à sua cultura e ao fortalecimento da luta pela terra. Trata-se, enfim, de uma nova concepção de educação, que inclui as lutas, as territorialidades, o trabalho do povo do campo, suas organizações sociais e os aspectos locais.

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre incentivou os povos do campo ao produtivismo, idealizando o mundo do trabalho urbano, que foi algo que contribuiu para os sujeitos do campo terem saído do campo para a cidade, e se tornarem operários. Assim, foram-se inserindo os sujeitos do campo na cultura capitalista do urbano, e desvalorizando sua origem, cultura e seus costumes.

Um dos argumentos para mudar o termo (rural por campo) é afirmar a necessidade de uma educação de qualidade para os camponeses, construída com a efetiva participação dessas populações, na qual sejam sujeitos que cuidam de seu destino e tenham uma educação que valorize suas origens e seus direitos.

O movimento da Educação do Campo ainda não conseguiu a valorização e a garantia a uma educação de qualidade para todos que pertencem à Zona Rural, mas conseguiu avanços no que se refere a instrumentos legais que reconhecem e legitimam essa educação, respeitando as especificidades dos sujeitos do campo. Dentre esses instrumentos vale ressaltar:

- ✓ Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CBE nº 2/2008.
- ✓ Parecer nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância, também homologado pela CEB.
- ✓ Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Mesmo considerando a insuficiência da legislação, através dela a Educação do Campo foi inserida no âmbito legal das Políticas Públicas de Educação e o Estado é obrigado a certo nível de comprometimento com o povo do campo, para que tenha seus direitos considerados e garantidos. Contudo, ainda é preciso manter a organização e a luta, pois somente através dos seus movimentos sociais poderão garantir esse direito que historicamente foi negado.

As lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, no Brasil, conquistaram programas de educação para os camponeses, entre os quais se destaca: o programa nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o programa saberes da terra e o programa de apoio às licenciaturas em educação do campo (PRONACAMPO). Embora esses programas enfrentem dificuldades em sua execução – especialmente no que diz respeito à quantidade e à morosidade na liberação dos recursos para efetivação das ações que apoiam -, eles constituem-se em suas práticas concretas de parte das concepções da educação do campo (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 23).

A Educação do Campo só se tornará uma realidade efetiva, como um projeto educativo e uma política pública de educação, se ela continuar vinculada aos movimentos sociais. O movimento em meios às suas lutas tem sido o protagonista dos trabalhadores do campo e um de seus objetivos políticos é de ajudar na mobilização e organização dos camponeses em seus movimentos, fortalecendo e identificando a presença deles na sociedade, onde eles possam construir seu próprio espaço a partir da garantia de seus direitos.

A luta por uma educação do e no campo se associa a projetos para uma formação que beneficie os sujeitos do campo, de modo que eles compreendam e reflitam criticamente suas escolhas, sejam capazes de formular alternativas de um projeto político, pois a educação do campo vem com uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social para os trabalhadores do campo.

2.1 Escola do Campo

As diferentes experiências educativas desenvolvidas pelos movimentos e organizações sociais do campo vêm provocando a Escola do Campo a se reinventar.

Conscientes da importância da educação, os povos do campo lutam por uma escola que seja de direito e de fato, um espaço de aprendizagem, criação e socialização das suas manifestações culturais. Na escola do Campo o saber resulta da relação entre os conhecimentos populares e o conhecimento científico (MENEZES, 2012, p. 51).

Segundo Caldart (2004) a Escola do Campo é pensada como um projeto de educação para a classe trabalhadora; nela as práticas educativas são articuladas ao fortalecimento dos camponeses em suas lutas e nos seus movimentos de resistência ao desenvolvimento capitalista nos seus territórios. Ainda sobre a função social da escola do campo Molina e Freitas (2011) destacam:

Outro aspecto central a ser transformado na Escola do campo é o fato de seus processos de ensino e aprendizagem não se desenvolverem apartados da realidade de seus educandos. É relevante incorporar no trabalho pedagógico a materialidade da vida real dos educandos, a partir da qual se abre a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico que, em si mesmo, já é produto de um trabalho coletivo, realizado por centenas e centenas de homens e mulheres ao longo dos séculos (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 26/27).

Uma das principais características da Escola do Campo é a estratégia de proporcionar ao povo do campo espaços de aprendizagens onde eles sejam capazes de levar o seu aprendizado para fora dos muros da escola. Deve-se ter uma educação explorando sua autoestima, trabalhando com temas relacionados ao contexto, como a origem e a importância do campo para o país, fortalecendo a cultura do campo.

A Escola do Campo tem como objetivo enfrentar e confrontar a escola capitalista, ela não se prende pelos muros da escola, os seus estudantes devem aprender a lutar pelos seus direitos, mas para que isso seja feito é necessário ter educadores profissionais e comprometidos com todo esse processo.

É tarefa específica da escola ajudar a construir um ideário que orienta a vida das pessoas, e inclui também as ferramentas culturais de uma leitura mais precisa da realidade em que vivem. E ajudar a construir uma visão de mundo significa em primeiro lugar fazer o inventário das concepções que educandos

e educadores carregam em si; significa também enraizar as pessoas na história, para que se compreendam como parte de um processo histórico. E isso tudo para tornar consciente, explicitar, interpretar, questionar, organizar, firmar ou revisar ideias e convicções sobre o mundo, sobre a história, sobre a realidade mais próxima, sobre si mesmos (CALDART, 2004, p. 12).

Os povos do campo nos mostram que estudar exige sacrifícios, pois em meio a dificuldades buscam ter uma visão crítica diante de sua realidade, mesmo sem escolas adequadas, sem bons materiais, sem uma boa estrutura, com turmas multisseriadas e sem educadores suficientes, enfim com tantos problemas eles lutam pelos seus direitos e por uma educação de qualidade.

O movimento “Por uma Educação do Campo” vem mostrar o abandono que o Estado tem com as escolas rurais, e através de suas práticas e lideranças vai se construindo um desenvolvimento alternativo e uma nova compreensão de escola. Pois esses movimentos vêm com o objetivo de mostrar e lutar por sua cultura e acabar com a escola que vive o urbano, estando no campo.

2.2 Família e comunidade como espaços educativos

A família contemporânea surge forte e resistente na década de 1960/70, mostrando novos modelos de convivência familiar. O modelo familiar, no caso, o mais conhecido e comentado é o que se constitui a partir de um pai na figura masculina e uma mãe na figura feminina e seus filhos. Há algumas décadas esse modelo familiar vem sofrendo alterações.

A família sempre existiu, mas ao longo da história passou por diversas transformações, no último século essas mudanças foram rápidas e marcantes, a ideia de família de nossos avós não é a mesma de nossos pais, que não será a mesma dos nossos filhos. Como e por que essas mudanças aconteceram?

As mudanças em meio aos modelos familiares começaram na inserção da mulher no mercado de trabalho e assim aumentaram as separações entre os casais, o que provocou novos padrões de convivência.

As condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino, e aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social (SARTI, 2008 p.162).

Contudo as mulheres começaram a procurar aliar a maternidade e as funções domésticas com a entrada no mundo do trabalho, onde foram mostradas as experiências e as condições da dupla jornada de trabalho, através do serviço doméstico e o cuidado com as crianças, principalmente com as pequenas. As mulheres mostraram e mostram sua capacidade e seu objetivo e dão conta de todos os seus afazeres.

Em meio às mudanças, as mulheres surgindo no mercado de trabalho, elas começaram a reivindicar que os homens também assumissem as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Falamos sobre as mulheres, pois se entrelaça com a história da família e das novas concepções sobre a infância e a adolescência. E as mulheres sempre estão presentes na história da família, e com a luta delas pelos seus direitos foram surgindo grandes mudanças no convívio familiar e assim surgiram vários debates e concepções sobre família.

Entretanto, com o surgimento de vários modelos de “famílias” vai mudando o conceito que se via até então; essas mudanças que vão ocorrendo na forma familiar estão relacionadas com a evolução da sociedade e vice-versa. Há décadas vem se trabalhando com famílias e casais e é observado que em vez de dizer que a família está em crise, é preciso ver que o que está ocorrendo é uma crise do modelo tradicional de família que a sociedade espera ver.

A forma como a família está configurada não explica o padrão de funcionamento no qual se estrutura. Pesquisas nacionais já revelaram que, independentemente de quem compõe a família, a demarcação de fronteiras nítidas, que caracteriza as relações com hierarquias bem definidas e bons níveis de funcionamento e saúde familiar, tem sido uma dificuldade recorrente entre as famílias em geral (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2002, p. 23).

A família tem evoluído e nos dias de hoje é a grande cuidadora das crianças, ela é a que dá a primeira noção de amor, solidariedade e aconchego, ela contribui na educação das crianças e ajuda no relacionamento delas dentro da sociedade; é por isso que os pais cobram tanto dos filhos, pois a sociedade cobra dos pais crianças preparadas para viverem em sociedade.

A criança tem sido inserida cada vez mais cedo nas escolas, e é preciso que exista uma parceria entre a família e a escola, pois o papel da escola é construir conhecimentos e educar a criança para o convívio em sociedade. Libâneo (2001) afirma:

A difusão de conteúdos é a tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode

contribuir para eliminar a seletividade social e a tornar democrática (LIBÂNEO, 2001, p. 29).

À medida que a escola se volta aos interesses populares, no sentido de dialogar com os sujeitos que a constituem, abre espaço para escuta e construção com/junto às famílias. A escola não se constrói sozinha, mas, por meio da participação coletiva. A participação dos pais na vida escolar dos seus filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a escola e a família colabora para um equilíbrio no desempenho escolar. Com o envolvimento das famílias, a escola ganha muito e vice-versa, porque a escola e a família possuem um papel muito importante na formação moral das crianças, juntas elas possibilitam o desenvolvimento da sua autonomia.

A família e a escola precisam trabalhar juntas, cada uma tem seu papel na vida da criança, nenhuma é menos importante que a outra na formação da criança. A escola deve ampliar os conhecimentos passados pela sua família, onde se possa ajudar na socialização das crianças com outras pessoas e com o mundo. Se a escola e a família têm um bom relacionamento, eles juntos conseguem melhorar o rendimento da criança, tanto na escola quanto em casa.

Como temos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), é dever da família e do Estado, qualificar e preparar o indivíduo para ser livre consciente de seus direitos como cidadão:

Art.1. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art.2. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) estabelece, em seu art. 227, os direitos da criança e do adolescente com a criação do ECA.

Art.19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art.55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

É importante que os pais estejam presentes na vida dos filhos e tenham ciência da responsabilidade que ambas têm na educação e formação no processo de ensino-aprendizagem. A relação família e escola só têm a contribuir para o desenvolvimento do aluno, pois é essa necessidade que as escolas têm, de sugestões, opiniões das famílias, em um convívio e sintonia, com o único objetivo: o bem-estar das crianças.

Segundo Paro (2007, p. 31), o pai não precisa saber ler para acompanhar os filhos, mas que ele tenha um tempo para sentar ao seu lado, conversar, observar o que ele produziu durante o dia, suas dificuldades, sempre com o gesto de incentivar e ajudar a autoestima da criança.

A família é o primeiro grupo de pessoas com quem a criança, ao nascer, tem contato. Portanto, é de grande importância que a educação seja transmitida com qualidade e eficiência para que a criança em seu desenvolvimento social possa estar embasada no que diz respeito à prática da cidadania, e essa base vem da família, pois o primeiro contato com a sociedade é através da família que a rodeia. Segundo Ariès (2006), “a sociedade, longe da família, para quem não está preparado, pode ser desafiadora. A família deve preparar o indivíduo para viver fora dela, ou seja, a família tem a função de educar para a vida”. E através dessa reflexão, possibilitando melhor compreensão sobre o desenvolvimento das crianças, discutiremos a seguir.

3 REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA

O presente capítulo traz reflexões sobre as teorias de desenvolvimento da infância, de modo a buscar elementos que nos ajudem a discutir a relevância da participação efetiva dos pais no processo de aprendizagem das crianças. Inicialmente são apresentados alguns dados históricos e elementos conceituais e, em seguida, uma reflexão sobre a aprendizagem na infância.

3.1 Elementos históricos e conceituais

A infância é uma etapa do desenvolvimento humano que nem sempre foi visto ou tratado na sua especificidade. Numa perspectiva histórica podemos situar a emergência da infância na idade moderna.

São vários historiadores que falam da história da infância, onde cada um se pronuncia a partir dos seus estudos e percepções. O Philippe Ariès (1978), historiador francês, afirma que a infância é algo inventado recentemente na história da humanidade, mais precisamente na modernidade é que esse sentimento de infância se construiu. A infância era tratada como se fosse uma fase da vida sem nenhuma especificidade e não se dava muita importância a ela. Ele destaca que o respeito pelo tempo de infância começa no século XIX, pois antes as crianças eram tratadas como pequenos adultos, e só recebiam cuidados nos primeiros anos de vida, e quando eram crianças de famílias com uma vida financeira boa. Quando as crianças já tinham seus três para quatro anos, elas já faziam a mesma coisa que os adultos, participavam de orgias, enforcamentos que existiam na época, trabalhos forçados e eram alvos de atrocidades pelos adultos, eram tratadas como se não existisse diferença entre eles.

Durante a Idade Média, antes da escolarização das crianças, estas e os adultos compartilhavam os mesmos lugares e situações, fossem eles domésticos, de trabalho ou de festa. Na sociedade medieval não havia a divisão territorial e de atividades em função da idade dos indivíduos, não havia o sentimento de infância ou uma representação elaborada dessa fase da vida (ARIÈS, 1973, p. 51).

Contrapondo-se às ideias de Ariès, o historiador Heywood (2004) faz críticas aos estudos apresentados pelo colega e diz que ele foi ingênuo com suas fontes históricas; diz também que ele centralizou seus estudos na Idade Média e exagerou ao afirmar que não havia o sentimento de infância na civilização medieval. E com isso ele vem mostrar que havia sim

esse sentimento pela infância na Idade Média, mesmo que as famílias não dessem o valor e que não tivessem o respeito e o cuidado com elas, pois, por serem pequenas, eram consideradas sem valor e inúteis. Ele também nos mostra que a Igreja naquela época se preocupava de alguma forma com a educação das crianças e as colocava para fazerem serviços do monastério. E assegura que é possível encontrar indícios que houve um investimento social e psicológico nas crianças. No que pese às polêmicas desse debate histórico-conceitual, queremos aqui salientar que não é unânime a percepção e construção histórica sobre a infância.

Estudos apontam que o movimento de particularização da infância começou a ganhar forças no século XVII, foi quando a família passou por transformações e foram criadas novas necessidades sociais, onde as crianças seriam valorizadas, passando a ocupar um espaço na vida familiar. Foi assim que se começou a mostrar a infância pelo valor de amor familiar, pois eles saíram dos cuidados das amas para o cuidado dos pais.

Mas, é o século XIX que inaugura a criança sem valor econômico, mas com o valor emocional inquestionável, é quando se cria uma compreensão de infância inteiramente aceita no século XX. Na verdade, como é possível percebermos,

a história cultural da infância tem seus marcos, mas também se move por linhas sinuosas com o passar dos séculos: a criança poderia ser considerada impura no início do século XX, tanto quanto na alta Idade Média (HEYWOOD, 2004, p. 45).

A legislação brasileira, através do Código de Menores do ano de 1927, criou o termo “menor”, para designar crianças pertencentes a famílias pobres que viviam em lugares de risco e vulnerabilidade social e econômica. Tal termo passou a ter um significado social negativo. Estas crianças vistas e consideradas como perigosas acabam sendo tuteladas pelo Estado ou entidades filantrópicas que muitas vezes as tratam de modo cruel e preconceituoso.

É importante destacar que muitas das crianças abandonadas na cidade são oriundas de famílias que foram expulsas do campo e condenadas a viverem nas periferias das cidades, com as ausências de todas as formas de assistência que deveriam ter.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o termo “menor” foi abolido, passando a definir todas as crianças como sujeitos de direitos, com necessidades específicas, decorrentes de seu desenvolvimento peculiar, e que, por conta disso, deveriam receber uma política de atenção integral a seus direitos construídos social e historicamente (FROTA, 2007, p. 7).

A mudança é radical, o “menor” para de ser visto e tratado como marginal (do ponto de vista legal) e passa a ser visto como sujeito de direitos. A criança ocupa o seu lugar como um ser humano, um sujeito construído historicamente, enfim, com direito a viver como criança.

Na sociedade contemporânea é constatada a separação das faixas etárias, através de crianças, adolescentes e os adultos, cada um ocupando o seu lugar na sociedade, o ambiente em que essas gerações acabam convivendo e se encontrando é o familiar. Essa relação da família ajuda muito e tem sido alvo de muitas discussões entre especialistas e educadores, pois é de grande importância essa relação na formação do cidadão.

A partir desses elementos podemos ressaltar que o entendimento do que é ser criança ou do que é a infância está intimamente associado ao contexto social, histórico e político.

Os dicionários da Língua Portuguesa registram a palavra infância como o período de crescimento que vai do nascimento até o ingresso na puberdade, por volta dos doze anos de idade. Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1989, “criança são todas as pessoas menores de dezoito anos de idade”. Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), criança é considerada a pessoa até os doze anos incompletos, enquanto entre doze e dezoito anos, idade da maioridade civil, encontra-se a adolescência (FROTA, 2007, p. 4).

Frota (2007) ressalta a insuficiência de uma definição linguística ao termo infância. Por isso queremos pensar essa questão a partir do entendimento de que a configuração dessa fase da vida é também uma construção sócio-histórica e política. Daí que a compreensão teórica sobre a infância nem sempre é consensual.

De um modo geral, existe a compreensão de que ser criança resume-se em ser feliz, alegre, despreocupado, ter condições de vida propícias ao seu desenvolvimento, ou seja, a infância é considerada “o melhor tempo da vida” (FROTA, 2007, p. 2).

Esse entendimento da infância caracterizada como um tempo de ludicidade é muito predominante. Para o senso comum, a infância é poder viver em um mundo cheio de cores, de sonhos e fantasias, onde se possa viver de uma forma feliz, sem preocupação. O tempo de criança é a época em que se faz o que tem vontade, em que se pode fazer todas as besteiras, em que se diverte sem preocupação e sem medo do que os outros vão pensar.

Enfim, existem várias respostas à questão: “O que é ser criança? E o que é infância”? Pois, são muitos conceitos discutidos e muitos destes não apresentam sentido ou fundamento para a realidade, muitas vezes é apenas voltado a algumas crianças.

Quando pensamos na infância do campo é preciso considerar as particularidades e diversidade, sobretudo culturais das populações camponesas. As crianças que vivem na zona rural participam e acompanham toda a trajetória de seus pais em meio ao campo, lavoura e animais.

Fica, portanto, a percepção da infância como uma construção social, marcada pelo contexto sociopolítico, econômico e cultural. Cabe à escola apropriar-se e aprofundar sempre o seu entendimento sobre esse contexto e as constantes mudanças de percepção e leitura dessa realidade para situar, no devido tempo, as crianças que estão sendo educadas. No contexto atual escola e família são bombardeadas pelas mídias digitais, televisivas e cada vez mais a tecnologia vem rompendo o limite do que deveria ser o “mundo dos adultos” do mundo das crianças. Isso impõe desafios e exigências à educação das crianças, seja nas escolas como nas famílias. Temos ainda que pensar os diferentes contextos sociais em que essas mudanças acontecem. Um desses contextos é o campo. Como essas questões chegam e são tratadas pelas escolas do campo? Vamos discutir alguns elementos no próximo tópico.

3.2 A aprendizagem na infância

A aprendizagem é um processo fundamental na vida a todo indivíduo que aprende e, através da aprendizagem, desenvolve comportamentos que o possibilitam viver. Portanto, por meio da aprendizagem, a humanidade foi evoluindo e adquirindo conhecimentos.

Podemos definir aprendizagem, como uma gama de conhecimentos e/ou experiência adquiridas pelo indivíduo, e que podem ou não ser comportamentalizadas pelo mesmo (SILVA, M., 1997, p. 25).

Atualmente tem sido muito falado de como se dá esse processo de desenvolvimento do ser humano, principalmente no campo da educação. E assim por esse interesse e conhecimento pelo processo de desenvolvimento, os teóricos procuram construir uma melhor compreensão de como se dá a aprendizagem, respeitando as diferenças individuais e as várias faixas etárias.

A investigação sobre o desenvolvimento humano iniciou-se pelo estudo da infância. Estimulados pelas ideias de Darwin (1809-1882) sobre a evolução

das espécies e do comportamento, os pensadores passaram a olhar a criança como uma fonte rica de informação potencial sobre a natureza humana (SILVEIRA; DOURADO, 1999, p. 07).

Portanto, podemos obter mais informações sobre as várias etapas do desenvolvimento do ser humano. No entanto, no século XVII foi predominante o conceito de criança como adulto em miniatura, ou seja, os adultos acreditavam que o raciocínio, os sentimentos e as ações infantis possuíam os mesmos elementos básicos dos adultos.

Segundo Wallon (1980) a psicologia está entre a ciência da natureza e a ciência do homem e é o materialismo dialético que pode fazer a síntese entre esses pontos de vista e dar equilíbrio à psicologia.

Para o autor acima citado é compreendido que o desenvolvimento acontece a partir do meio social no qual o ser humano está inserido. Ou seja, é entendido que essas interações que acontecem no ser humano são dinâmicas, isto é, ao mesmo tempo em que o ser humano interage com o outro e com o meio social cultural e físico, ele se desenvolve e é desenvolvido, pois o ser humano se desenvolve a partir dessas relações.

Baseado nos estudos de Wallon (1980), ele dividiu em três categorias: movimento, afetividade e interação. Na teoria proposta por Wallon (1980), o movimento é considerado o elemento primordial, pois contribui significativamente na efetividade e na elaboração do pensamento da criança. Para ele o movimento pode dar testemunho da vida psíquica, pois a atividade da criança se inicia de forma descontínua e esporádica, e assim a partir do movimento a criança manifesta suas necessidades e seu estado de humor, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo.

Outra categoria trabalhada por Wallon (1980) e que nos ajuda a pensar nossa temática é a afetividade. Ainda segundo Wallon (1980), a atividade emocional é, ao mesmo tempo, social e biológica, pois realiza a transição entre o estado orgânico do ser humano e a sua etapa cognitiva, que só é atingida pela mediação cultural e social.

Essa categoria da afetividade é vista como uma fase do desenvolvimento do ser humano, pois nos primeiros meses de vida, o bebê está imerso puramente na vida orgânica, mas depois a afetividade se torna o aspecto central em seu desenvolvimento.

Wallon afirma que a afetividade promove e incorpora as construções da inteligência. Nos primeiros anos de nossas vidas, a afetividade se expressa por manifestações somáticas e epidérmicas que garantem nossa existência, pois mobilizam o meio humano a suprir nossas necessidades. Portanto, as trocas afetivas dependem da presença do outro, por isso o autor afirma que a afetividade é social (WALLON, 1998 p. 77).

A categoria da interação nos mostra que a partir da relação com o outro é que a criança vai construindo sua personalidade, influenciando suas condutas, hábitos e valores, não de forma passiva, mas através de suas escolhas ao juntar ou negar novos parâmetros de comportamentos que vão surgindo ao se relacionar com as pessoas em seu dia a dia.

A partir desse entendimento é importante refletir como essas interações acontecem no convívio familiar e nos grupos sociais, pois a partir delas as crianças vão tomando consciência de suas capacidades e sentimentos.

Segundo Piaget (1986), o desenvolvimento da criança se faz através da relação com o meio social, a criança vai construindo e reconstruindo suas hipóteses sobre o mundo que o cercam. Piaget acredita que o processo de desenvolvimento é influenciado por fatores como: maturação (crescimento biológico dos órgãos); exercitação (funcionamento dos esquemas e órgãos que implica na formação de hábitos); aprendizagem social (aquisição de valores, linguagem, costumes e padrões culturais e sociais); equilibração (processo de autorregulação interna do organismo, que se constitui na busca sucessiva de reequilíbrio após cada desequilíbrio sofrido).

Piaget através de seu pensamento fala que o desenvolvimento da criança acontece por meio de sua relação ao meio social, a partir de sua cultura e costumes; a família é a base para o processo de desenvolvimento da criança. Através dessa reflexão, no próximo capítulo, mostraremos uma pesquisa de campo, com professoras de uma escola do campo, para indagarmos se a participação da família na escola do campo traz desafios e contribuições à aprendizagem das crianças.

4 A PESQUISA: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA DO CAMPO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS, A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES

Neste capítulo falaremos sobre a pesquisa de campo, feita em uma Escola Municipal, no assentamento de Tiradentes, no município de Mari-PB, onde foi feita uma entrevista com professoras dos anos iniciais e a gestora da escola, para falarmos sobre a relação família e escola, se essa relação ajuda no desenvolvimento da aprendizagem da criança.

4.1 Caracterização do estudo

O estudo se caracterizou como uma pesquisa de campo, no qual foram analisados os desafios e as contribuições à aprendizagem das crianças, a partir do olhar dos professores e da participação da família no ambiente escolar. Gil (2010) define a pesquisa de campo assim:

Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades ao grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como análises de documentos, filmagens e fotografias (GIL, 2010, p. 52).

A pesquisa de campo consiste na compreensão de fatos e fenômenos que acontecem de forma espontânea, na busca de dados e transcrições de variáveis que se consideram importantes, para então analisá-los.

Por conseguinte, foi utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa, onde a mesma é caracterizada pela compreensão profunda ou detalhada da natureza do fenômeno de estudo. Para Richardson (2007), a pesquisa qualitativa é uma tentativa de compreender as características situacionais e particulares de um determinado fenômeno de estudo.

Segundo Haguette (2003, p. 63), “os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Na pesquisa qualitativa se podem levantar as perspectivas dos participantes, ou seja, pode-se levar em consideração o seu ponto de vista, e assim analisar, contestar e comparar as respostas obtidas.

4.2 Instrumentos, sujeitos e procedimentos da pesquisa

Foi utilizada como instrumento de pesquisa uma entrevista que foi aplicada com duas professoras e a gestora, da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes no assentamento Tiradentes, Mari-PB.

Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 94), “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Yin (2001, p. 112) considera que a entrevista “é uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso”.

Quanto aos sujeitos foram ouvidas duas professoras e a gestora da escola, Maria Betânia Meres Carneiro, 43 anos, que atua na escola há 17 anos e sua formação é em Letras. Também entrevistei a professora Gleyciane Cristina de Farias Sousa, 29 anos, que atua na escola há 4 anos e sua formação também é em Letras e a professora Rosemary Gonçalves de Souza, 27 anos, que atua na escola há 4 anos e possui Especialização em Metodologia do Ensino da Matemática. Essas professoras foram escolhidas através de sua disponibilidade e também pela experiência em docência na Escola do Campo.

Em relação aos procedimentos da pesquisa, realizamos quatro etapas:

A primeira foi a retomada e ajuste no projeto de pesquisa, buscando deixar claro o foco do trabalho e os objetivos pretendidos. Ainda nessa fase de ajuste definimos o campo e os sujeitos da investigação.

A segunda etapa consistiu em fazer o levantamento bibliográfico para dar sustentação teórica ao trabalho e o contato com a escola e os professores que seriam entrevistados para pedir seu consentimento e participação.

Na fase seguinte visitamos a escola e realizamos as entrevistas. A partir da entrevista, foram iniciadas as transcrições das mesmas e, subsequentemente, foi analisada a compreensão de cada um dos entrevistados gerando um relatório e a análise final. Após a análise dos dados coletados se buscou responder à problemática levantada no estudo.

4.3 Contextualização do campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, situada na zona rural do município de Mari-PB, a qual surgiu a partir de organização, luta social e política dos trabalhadores rurais. O Assentamento Tiradentes é originário da mobilização dos trabalhadores rurais sem terra na “Marcha em defesa do

Brasil”, que partiu de Cajazeiras em 1998, cruzando 28 municípios paraibanos até chegar a João Pessoa. Regulamentado o Assentamento Tiradentes, viabilizou-se a utilização social de uma extensão territorial de aproximadamente de 1.719 hectares de terras

Figura 1 - Pátio da escola



Fonte: Autoria própria.

Segundo os moradores do Assentamento Tiradentes que participaram ativamente do processo de conquista da área, desde a passagem da Marcha na região de Mari, houve a adesão de muitas famílias que dependiam do trabalho no campo, que se encontrava expropriado, enfrentando uma grave situação de desemprego. Com o apoio dos militantes da Marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), iniciaram as ocupações de terras na região no dia 11 de setembro de 1999. Famílias inteiras ocuparam a fazenda Gendiroba, onde se instalaram em barracas de lona por cerca de três anos até que houvesse, por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a desapropriação das terras e a devida divisão dos lotes e oficialização do Assentamento.

Sobre a Escola Tiradentes e seu histórico na comunidade, a mesma iniciou seu funcionamento em 1999 em uma pequena casa cedida pela fazenda Gendiroba; após o aumento de crianças para a alfabetização e as poucas condições de oferta de ensino mínima a pequena escola passa a funcionar em um galpão.

No ano de 2003 foi assinado o decreto de criação de uma escola adequada para as crianças. De início a proposta era apenas com duas salas de aula, porém, a comunidade

insatisfeita com tamanho descaso com a educação para estes alunos do campo reivindicaram e ganharam um prédio adequado para se ofertar uma educação de melhor qualidade.

Hoje a estrutura escolar consiste em 6 salas de aulas, 4 banheiros sendo 2 para os professores e 2 para os alunos, 1 secretaria, 1 sala para os professores, 1 sala para coordenação e direção, 1 cantina, 1 sala de informática, 1 sala de leitura (em construção), almoxarifados, pátio e quadra coberta. Funcionando nos turnos manhã e tarde, possui 200 alunos matriculados no ano de 2019 ofertando educação nos níveis Fundamental I e II, Ed. Infantil, além de receber programas do governo como o Novo Mais Educação e Novo Mais Alfabetização. Conversando com a gestora, a mesma informou que para o ano de 2020 serão abertas turmas de EJA, as quais funcionaram até o ano de 2017.

Sobre seu quadro de funcionários a instituição possui 23 funcionários atuando no ano de 2019, destes, apenas 4 são contratados, os demais são efetivos. Dentre esses: três são professores de Educação Infantil, oito para o Ensino Fundamental I e mais 8 para o II. A mesma possui a Prova Brasil e o Soma, como avaliações de massa para verificar a aprendizagem dos alunos, com um IDEB de 4,0.

Sobre atividades junto à comunidade estudantil a instituição realiza palestras educativas e principalmente eventos de lazer, como torneios de futebol com os alunos, e para a comunidade. São realizados ainda eventos na instituição dependendo da data comemorativa em que estejam e o maior evento promovido pela escola é o São João e o Natal, onde acontecem diversos atrativos para a comunidade participar. Sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP), a gestora informou que o mesmo está passando por uma reformulação, pois, foi vista a necessidade de incluir e atualizar questões para sua melhoria e da comunidade.

Tratando-se de uma escola do campo, no roteiro utilizado para coletar os dados da instituição havia duas perguntas para a gestora referentes à Educação do Campo, uma sobre o envolvimento da escola com as políticas de educação e como eram adotadas as metodologias pelos professores e professoras. Sobre o envolvimento da escola com as políticas de educação para o campo, a gestora informou que a escola sente dificuldade com o envolvimento dos professores do Ensino Fundamental II, e dos professores da Educação Infantil. A mesma explicou que essa dificuldade se dá pelo fato de ter que se utilizar de uma linguagem adequada para se trabalhar com as crianças, para que estas possam compreender sobre a construção de sua identidade, sobre a cultura camponesa e demais conteúdos voltados ao campo. Já com os professores do Ensino Fundamental II, este problema se dá pela dificuldade de juntar seus conteúdos com as propostas do campo, dificultando a elaboração das atividades

realizadas pelos professores, os quais alguns adotam dentro de suas áreas respectivas de ensino, evidenciando a importância de profissionais inseridos nas lutas do campo para as escolas.

4.4 A relação entre a participação da família no ambiente escolar e a aprendizagem da criança no contexto do campo

A importância da participação da família no ambiente escolar e sua contribuição no processo de aprendizagem da criança foi um elemento investigado durante nossa pesquisa. Ao indagarmos se a família participa da escola e como acontece essa participação, as respostas foram: “De 100% eu acredito que 60% contribuem com a educação da criança. A família participa nas reuniões, nas atividades com os alunos, alguns são participativos na formação da criança” (CARNEIRO). Outra professora assim se expressou:

Aqui nessa escola sim, geralmente a maioria participa de tudo que acontece no dia a dia escolar. Eles procuram saber como o aluno está me esperando chegar e só sai quando eu chego, eles perguntam sobre o comportamento de seu filho, alguns alunos dão trabalho, chamo os pais e eles sempre vêm, e essa turma que estou esse ano é maravilhosa, porque já tive turmas que os pais eram ausentes e os alunos tinham muita dificuldade no seu desenvolvimento escolar (SOUSA).

A resposta das professoras Carneiro e Sousa confirma a relação entre participação da família na escola e aprendizagem, mas destaca que muitas vezes tem famílias que são ausentes na escola. Nesse aspecto retomamos o que Carvalho (2000) afirma:

Do ponto de vista da escola, envolvimento ou participação dos pais na educação dos filhos e filhas significa comparecimento às reuniões de pais e mestres, atenção à comunicação escola-casa e, sobretudo, acompanhamento dos deveres de casa e das notas. Esse envolvimento pode ser espontâneo ou incentivado por políticas da escola ou do sistema de ensino (CARVALHO, 2004, p. 44).

Outra professora trouxe na sua fala uma comparação entre a realidade da escola urbana e da escola do campo:

Se formos olhar essa relação do ponto de vista entre escolas urbanas e escolas do campo, por lecionar nos dois ambientes, noto que as famílias do campo são mais participativas. Percebo que isso está nitidamente relacionado com a localização da escola. Outro ponto a considerar são as famílias compostas, não necessariamente por pessoas que frequentaram uma

escola, mas por pessoas politizadas. Estas sempre aparecem na escola para saber a situação dos filhos. Com relação às famílias onde os membros têm pouca ou nenhuma escolarização esse número diminui. Aparecem em dias de reuniões ou nem aparecem. Têm famílias que só aparecem em fim de ano para saber o motivo da reprovação do filho. Com relação ao termo “família” é preciso deixar claro, que na maioria das vezes só as mães ou as avós participam das atividades escolares dos filhos. Através de reuniões, festividades escolares, visitas à escola em dias letivos e projetos propostos pela escola (SOUZA).

A professora fala que entre a escola urbana e a escola do campo, a presença da família se torna mais assídua nas escolas do campo, pois as famílias são mais participativas e procuram estar presentes nas atividades organizadas pela escola. Por meio disso Silva (2011) afirma:

Na tentativa de construir uma relação democrática com as famílias e as comunidades, as escolas implementam diferentes formas organizativas: reuniões, assembleias, curso de formação com as famílias, visitas às famílias, aulas de campo, mutirões, festas, atividades político-culturais, socialização e devolução dos conhecimentos na comunidade, o que tem possibilitado um aprendizado dos sujeitos sobre o sentido e a importância da participação (SILVA, 2011, p. 313).

O interessante na reflexão de Silva (2011) é que ela aponta o papel propositivo e mesmo pedagógico da escola no que se refere a proporcionar a participação das famílias. Mas será que a escola oferece essas estratégias? Perguntamos então: Quais os espaços de participação, para os pais, criados pela escola? Frente a esta questão obtivemos as seguintes respostas:

A escola é aberta para os pais, para que eles participem dos debates sobre a problemática na aprendizagem, de requerer do poder público o que falta à escola. Tudo que a escola teve foi por base da organização por parte das famílias, essas discussões sempre fazemos em nossas reuniões, para que eles não esqueçam de seu valor para com a escola (CARNEIRO).

A professora fala que a escola é aberta para as famílias e também da importância que as famílias têm ao participar da escola, pois é através delas que a escola existe e é preciso essa visão por parte delas. Assim como destaca Carvalho (2004):

A política de participação dos pais na escola gera concordância imediata e até mesmo entusiasmado: parece correta porque se baseia na obrigação natural dos pais, aliás, mães: parece boa porque sua meta é beneficiar as

crianças: e parece desejável porque pretende aumentar tanto a participação democrática quanto o aproveitamento escolar (CARVALHO, 2004, p. 44).

As outras professoras trazem em suas falas que os espaços de participação criados pela escola são através de “festa, palestras, reuniões” (SOUSA).

Outra professora assim se expressa: “Participação em reuniões dá o livre acesso à escola física, aos professores e à direção, e procuram que eles participem de projetos e atividades desenvolvidas pela escola” (SOUZA).

As respostas das professoras P2 e P3 falam que as famílias participam dos eventos em geral, como as reuniões, palestras, festas, falam que a escola é aberta e que as famílias têm o livre acesso a todo o espaço escolar. A questão a pensar é: como essas atividades que são promovidas por todas as escolas, atraem a população específica do campo? Como elas ajudam essas famílias a pensar o seu contexto? Com essas indagações, Paro (2007) propõe:

A instituição de ensino deve usar todos os métodos de aproximação direta com a família, pois dessa forma podem compartilhar informações significativas em relação aos seus objetivos, recursos, problemas, além de questões pedagógicas. Somente dessa maneira, os pais poderão participar efetivamente do aumento do nível educacional, bem como do desenvolvimento de seu filho (PARO, 2007 p. 75).

O autor, Paro (2007), nos traz em sua reflexão a importância de a escola usar todos os métodos de aproximação para assim trazer a família a participar de forma efetiva na escola. Mas será que a escola, os professores concordam com essa participação? Perguntamos então: É importante a participação da família na escola? Através dessa questão, as respostas foram: “Sim. Desde que eu comecei a trabalhar, eu considere importante a família na escola, porque sem a família, não à escola, não à educação, principalmente porque a família é o berço, é a base, a família tem que participar da educação do filho” (CARNEIRO).

A outra professora também respondeu: “Sim. A família é tudo, a gente conhece a criança quando a família é bem participativa, a criança já é mais evoluída, interessada nos estudos” (SOUSA).

E, por fim, a terceira professora falou:

Sim. A aprendizagem do educando está intimamente ligada com o valor que a família dá à escola. Leciono desde 2015 e durante esse período tive a oportunidade de observar como difere a aprendizagem de um aluno que a família frequenta a escola daquele que a família só aparece quando é solicitada. A família funciona como um alicerce para escola. A partir do seu apoio é possível desenvolver projetos, realizar intervenções, discutirmos as

dificuldades do educando, solicitar sugestões e ter conhecimento da vivência do educando” (SOUZA).

As respostas das professoras Carneiro, Sousa e Souza foram todas positivas em relação à importância que tem na vida das crianças a participação da família na escola; a participação ajuda muito em seu desempenho escolar e no desenvolvimento intelectual, pois se tornam crianças mais evoluídas e participativas em seu dia a dia escolar. Conforme afirma Daniela Silva (2009):

As relações em forma de parceria entre família e escola só têm a contribuir para o desenvolvimento do aluno. É fundamental que os pais possam expressar suas opiniões, sugestões e possam revelar seus desejos e aspirações. A necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que completa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de nossos filhos e alunos. A escola não deveria viver sem a família e nem a família viver sem a escola (SILVA, 2011, p. 1).

Para as professoras, pelo que elas relatam, a relação entre família e escola é de grande importância para a aprendizagem das crianças. Mas será que todas as famílias são presentes no ambiente escolar? Foi indagado sobre o distanciamento das famílias com os entrevistados. As respostas foram:

Os motivos são que não fazem as tarefas com os filhos porque não sabem ler, porque não entende o assunto, a gente como professor sabe que tem pais que não são alfabetizados, então encontramos essa dificuldade, mas já tem outros que sabem, e não tem nenhum interesse de ajudar a criança, eles dizem que não tem paciência de ensinar, muitos não acompanham por terem dificuldade, já tem outros que realmente não querem mesmo. Mas que a comunidade escolar sempre procura nas reuniões discutir, mostrando que os pais devem ajudar seus filhos nas atividades, ou que procurem alguém para ajudar, a escola procura sempre dar conselhos para que eles ajudem na aprendizagem das crianças (CARNEIRO).

Outra professora assim se expressou: “Nessa turma que estou os pais são presentes, mas já tive turmas que os pais eram muito ausentes e muitas vezes eles alegavam que não tinham tempo ou que não sabiam como ajudar, por não terem estudo” (SOUSA).

As professoras Carneiro e Sousa falam que os pais alegam que se distanciam da escola, porque não entendem as atividades, pois não são alfabetizados, alguns dizem que não têm paciência ou tempo para ajudar os filhos, contudo existem pais que são distantes porque querem, e porque acham que a escola sozinha é responsável pela educação das crianças, mas

que a comunidade escolar procura sempre estratégias para tentar trazer as famílias para a escola. Como defende Polonia e Dessen (2005):

Os pais de baixo nível socioeconômico têm dificuldades ou se sentem inseguros ao participarem do currículo escolar. Os conflitos e limitações na sua participação podem ser produtos de sua imagem negativa como pais, de sua própria experiência escolar ou de um sentimento de inadequação em relação à aprendizagem (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 306).

A segunda professora entrevistada traz em sua fala que um dos motivos do distanciamento da família na escola é porque os pais têm vergonha do comportamento de seus filhos:

Sim. Posso elencar alguns motivos, como o trabalho, localização da escola, constrangimento (alguns pais têm vergonha do comportamento do filho e alegam não saberem mais o que fazer. Nesses casos preferem se ausentar da escola em vez de procurar uma solução em conjunto) e desestruturação familiar e negligência (SOUZA).

A professora fala que os motivos de os pais serem ausentes é por conta de distância, trabalho, o comportamento dos filhos, onde eles dizem que a escola só chama para reclamar e também a desestruturação familiar, onde muitos pais se separam e ficam jogando a responsabilidade para cada um e acaba que a criança fica no meio e sem assistência da família. Por meio disso Polonia e Dessen (2005) afirmam:

Bartolome (1981), desde a década de 80, já propunha que a escola e a família atuassem como ambientes complementares, uma vez que tanto os pais quanto os professores têm grandes responsabilidades no desenvolvimento da criança e do adolescente. Ele sugeriu também que a escola, utilizando-se dos diversos mecanismos, como reunião de pais, comunicações e projeto político-pedagógico, criasse um ambiente mais acolhedor e afetivo, que possibilitasse à família recapitular o valor da criança e o sentido de responsabilidade compartilhada (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 306).

A família pode ajudar de várias formas as crianças na escola, como também pode incentivar e por outro lado desestimular quando não se dá valor necessário, e muitas vezes nem acredita na escola/educação. É importante salientar que o fracasso ou o sucesso escolar tem também outros fatores que influenciam no ensino-aprendizagem dos alunos, a cultura familiar, as oportunidades vividas por cada um, as expectativas dos pais em relação ao futuro

dos seus filhos. São vários os desafios e as contribuições. Dessa forma trazemos no próximo item os relatos a partir do olhar dos professores entrevistados.

4.5 Contribuições e desafios à aprendizagem da criança a partir do olhar dos professores

O envolvimento entre a família e a escola é uma relação de grande importância para o desenvolvimento educacional das crianças. Ao indagarmos quais seriam as contribuições e resultados trazidos pela participação das famílias, os professores fizeram os seguintes destaques:

Com essa participação é percebido o avanço da criança na aprendizagem, ela começa a despertar o interesse pelo estudo, eles conseguem fazer as atividades, a gente como professor vê que as crianças não desenvolvem quando não tem o acompanhamento da família, pois os pais não têm aquela preocupação de acompanhar ela, de vir à escola, falar com o professor, já quando os pais são participativos, os alunos desenvolvem bem mais (CARNEIRO).

Outra professora destaca: “O interesse do aluno, até em fazer as atividades e levar para mostrar em casa, tenho até um aluno que acho interessante, pois ele faz a tarefa, aí quando vem no outro dia, tem o visto da mãe” (SOUSA).

E, por fim, a terceira professora também destaca em sua expressão:

Destaco a facilitação da aprendizagem do educando, o trato e o respeito do educando com os colegas e profissionais da escola, o andamento das atividades educacionais, o conhecimento do meio onde o discente está inserido, compreensão das dificuldades enfrentadas pelo educando e pela comunidade local e as propostas e desenvolvimento de projetos educacionais (SOUZA).

As professoras Carneiro, Sousa e Souza falam que a participação dos pais no dia a dia escolar das crianças ajuda muito em seu desenvolvimento, faz com que eles demonstrem mais interesse pelos estudos. Nesse sentido, Chalita (2001) afirma:

Qualquer projeto educacional sério depende da participação da família: em alguns momentos, apenas do incentivo, em outros, de uma participação efetiva no aprendizado, ao pesquisar, ao discutir, ao valorizar a preocupação que o filho traz da escola (CHALITA, 2001, p. 17).

Vale destacar que os conhecimentos do meio onde o discente está inserido é um eixo para fortalecer a educação problematizadora e dialógica. Falamos sobre as contribuições que

essa relação traz para as crianças. Mas será que todos contribuem para essa relação? E assim foi perguntado: Quais os desafios que enfrentam? Os sujeitos entrevistados destacaram:

Deveria ter mais envolvimento com os pais em relação à pedagogia da escola, pois temos uma pedagogia do campo, uma escola do campo e a gente tenta trabalhar isso com os pais e com os alunos, para tentar ajustar a escola para sua realidade, motivando, ajudando, procurando soluções, para ajudar os pais e também os filhos nessa linha de educação, pois ainda é muito difícil essa visão dos pais, sobre a importância que eles têm e com isso a escola encontra muitos desafios (CARNEIRO).

A professora fala que o maior desafio para ela é o de muitas famílias e estudantes não terem consciência da importância da Educação do Campo, onde a escola é do campo e muitas vezes eles vivem como se a escola fosse urbana, mas que a direção, coordenação, junto com os professores procuram sempre mostrar a importância de valorizar sua cultura. Isto fica bem claro na abordagem de Machado (2009):

Dizer que para a educação do campo não serve o modelo de educação oficial e urbano, demarca uma posição político-pedagógica logo de início: é preciso fazer uma educação que assuma a identidade do povo do campo, respeitando seu modo de vida, sua dinâmica social e acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico. E isso implica na definição de um projeto pedagógico que objetive a formação da criança e jovem na perspectiva do desenvolvimento sustentável e coletivo do campo, que incorpore a agricultura camponesa e a agroecologia popular (MACHADO, 2009, p. 197/198).

As demais professoras também expressaram que a escola procura sempre fazer atividades para atrair as famílias, mas que é algo que necessita do interesse de ambos: “A escola procura fazer várias atividades para atrair os pais, mas nem sempre todos os pais participam das atividades” (SOUSA).

E, por fim, a terceira professora se expressou: “Uma escola sempre pode aperfeiçoar a sua relação com a família. Lembrando que para isso acontecer é necessário o interesse por parte de ambas as partes” (SOUZA).

As professoras Sousa e Souza falam que o desafio é atrair os pais para a escola, pois procuram fazer várias atividades para que eles possam participar, mas nem todos são participativos. A respeito da participação dos pais, diz Carvalho (2004):

Parece razoável esperar que os pais/mães sejam parceiros, aliados das professoras, pois desejam o melhor para seus filhos/as – neste caso, o sucesso escolar. Porém, isso supõe certas condições (tempo, valorização da

escola, interesse acadêmico, familiaridade com as matérias escolares e habilidades para ensinar o dever de casa, por exemplo), de que nem todas as famílias e nem todos os adultos responsáveis por crianças dispõem (CARVALHO, 2004, p. 53).

A autora Carvalho (2004) nos fala em sua reflexão que não cabe só esperar a parceria dos pais, mas que a escola também promova espaços para que essa relação aconteça. É evidente que cabe à gestão da escola estimular a participação das famílias e criar estratégias e espaços de participação. Ao indagarmos de que maneira os gestores e professores podem estimular a participação dos pais, obtivemos as seguintes respostas:

Agora há pouco a gente teve um planejamento e uma de nossas discussões foi essa, algumas problemáticas que foi levantada, é a da falta de interesse em estudar das crianças, porque alguns repetem o ano, outros que não conseguem desenvolver, então pegamos esses pontos e elaboramos um plano de ação para somar essas dificuldades, esse plano de ação que a gente está criando, é de uma metodologia diferente, que motive as crianças, através de músicas, leitura, aula de campo para que eles possam ver e sentir. A gente notou que a criança desenvolveu mais quando ela foi para o campo na sua realidade com o seu conhecimento, o real para o teórico, foi percebido que houve avanço na aprendizagem e isso a gente está trazendo de volta para trabalhar com os pais essa questão, para que os pais também participem dos eventos (CARNEIRO).

A professora fala que foi observado que através de aulas de campo houve um avanço na aprendizagem das crianças, e essas aulas de campo devem ser feitas com a participação das famílias. Como afirma Paro (2007):

Para levar as crianças a querer aprender “é preciso, acima de tudo, fazer o aprendizado interessante e prazeroso e renunciar à prática antiquada e ineficaz de fazer belos discursos sobre a importância de aprender para o futuro” (PARO, 2007, p. 60).

As demais professoras falam que a escola deve sempre propor atividades, para que as famílias se envolvam em todas as atividades, independente se forem convidadas, que a escola seja aberta a todo o momento para a família: “Convocando os pais para participar das decisões que são tomadas pela escola, onde eles possam conviver e ajudar no bom andamento da escola e no desenvolvimento das crianças” (SOUSA). Outra professora fala:

Convidando os pais para frequentarem a escola, independente de serem dias de reunião, para que haja uma interação maior entre família, direção, professores e educando. Propor projetos e atividades que incluam a participação dos pais de forma efetiva.

Seria interessante que toda escola tivesse uma comissão formada por pais, de forma que eles pudessem participar de forma concreta das decisões do estabelecimento. Vale salientar que é difícil formar uma comissão como essa. Muitos pais não querem assumir um compromisso fixo com escola (SOUZA).

As professoras Sousa e Souza falam que as maneiras para incentivar a participação das famílias é fazendo com que elas sejam sempre convidadas, não apenas para eventos ou saber dos filhos, mas que eles vejam que a escola é aberta às famílias, que eles têm o livre acesso de ajudar e participar em tudo que acontece no dia a dia da comunidade escolar. Veja abaixo uma afirmação de Libâneo (2004):

A conquista da cidadania requer um esforço dos educadores em estimular instâncias e práticas de participação popular. A participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida da escola (LIBÂNEO, 2004, p. 138).

A pesquisa apurou a importância da família no ambiente escolar e a contribuição no processo de aprendizagem da criança, o espaço de participação para os pais criados pela escola, se é importante essa participação, se existe distanciamento das famílias, quais as contribuições e os desafios trazidos pela participação da família no ambiente escolar e o que cabe ao gestor e aos professores, estratégias e espaços para estimular a participação das famílias. Tivemos como parceiras as professoras, que foi de grande importância para a possibilidade de aprendizagem para a aluna pesquisadora. Buscou-se compreender um pouco do educando, da escola e da família no contexto escolar a partir dos olhares das professoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como indagação central: *Qual a relação entre a participação da família no ambiente escolar e a aprendizagem da criança?* A partir dessa questão buscamos analisar a participação da família na escola do campo identificando os desafios e as contribuições à aprendizagem das crianças, a partir do olhar dos professores em uma escola do campo.

No que se refere à aprendizagem das crianças do contexto do campo pode-se dizer, de acordo com as respostas obtidas pelos entrevistados, que estes veem a participação de forma positiva e afirmam que a maioria dos pais são presentes na escola, frequentam reuniões, eventos etc. ainda que essa participação não seja suficiente para a família ajudar no desempenho escolar de seus filhos.

Uma das professoras entrevistadas afirmou que por ser uma escola do campo, é observado que os pais são mais presentes, diferente da escola urbana; por ela trabalhar nos dois lugares, ela fez essa observação. Desta forma, fica evidente que a aproximação entre a família e a escola ajuda a criança em seu aprendizado; é importante que trabalhem em conjunto, visando ao desenvolvimento integral das crianças.

Destacamos ainda alguns desafios apontados pelos entrevistados: Baixa escolaridade dos pais, o que gera pouca paciência de acompanhar as atividades dos filhos; localização da escola distante das residências, dentre outras questões de caráter social. Outro desafio apontado nos depoimentos é que alguns pais têm vergonha do comportamento do filho e alegam não saberem mais o que fazer. Nesses casos preferem se ausentar da escola em vez de procurar uma solução em conjunto.

Ao final deste estudo percebemos que a família e a escola devem estar unidas, caminhando juntas. Contudo, os depoimentos não explicitam estratégias diferenciadas da escola para garantir a participação efetiva das famílias no acompanhamento da aprendizagem das crianças. Questões sociais e pedagógicas merecem maior aprofundamento nesta problemática. É importante que a família conheça a proposta pedagógica da escola e que a escola conheça o meio social onde a criança está inserida, pois essa parceria família e escola vem com o objetivo de alcançar a aprendizagem das crianças e sua formação social.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Milna Martind; VALADARES, Florence R. **Crianças, Educação Infantil, Aprendizagem e Desenvolvimento**: Contribuições da Teoria Walloniana. Disponível em: <<https://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/117>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ARIÈS, Philippe. **A História social da criança e da família**. 1. ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

_____. **História social da criança e da família**. 2. ed. Brasileira Rio de Janeiro: Guanabara: 1986.

BARBOSA, Analedy Amorim; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. **A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier (org.). **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo**: pesquisa e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Brasília: CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação: Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de julho de 2010, define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC/CNE, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2019

CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed., 2. reimpr. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

_____. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Neddate/UFF, Revista Eletrônica Trabalho Necessário. 2004.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de Educação, gênero e relações escola-família. São Paulo: **Cad. Pesqui.** v. 34. n. 121, p. 41-58, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742004000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CENTA, Maria de Lourdes; ELSSEN, Ingrid. Reflexões sobre a evolução histórica da família. **Saúde Desenv.**, Curitiba, v. 1, n. 1/2, p. 15-20, jan./dez. 1999.

CHALITA, G. B. I. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção**. Rio de Janeiro: **Estud. Pesqui. Psicol.**, 2007. v. 7. Disponível em: <<http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Eliseudo Salvino; FILHO, José Costa. Historicidade da infância no Brasil, o futuro do passado. **Revista de história eletrônica** (edição dedicada a: crianças: história e representação), p. 255-276, 2013. Disponível em: <<https://www.dialnet.unirioja.es/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIBANEO, José Carlos. Buscando a qualidade social do ensino. In: _____. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MABONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752005000100002>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MACEDO, Lino de. **A perspectiva de Jean Piaget**. Disponível em: <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/LEG/WebArtigos/AprendDesenv.LinoMacedo.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MACHADO, Ilma Ferreira. **Um Projeto Político Pedagógico para a Escola do Campo**. Disponível em: <<https://www.seer.utp.br/index.php/a/article/view/1911/1631>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MENEZES, Ana Célia Silva. **Educação do campo no semiárido**: o currículo na perspectiva da contextualização e da organização social. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Celia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em aberto**, Brasília, v. 24, n. 85 p. 17-31, abr. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. **Das desigualdades aos direitos**: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 2009. Disponível em: <<http://www.gepec.ufdcar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo>>. Acesso em: 01 fev. 2019

MOREIRA, Maria Ignez Costa; BEDRAN, Paula Maria; CARELLOS, Soraia M. S. Dojas. A Família Contemporânea Brasileira em Contexto de Fragilidade Social e os novos direitos das crianças: desafios éticos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 161-180, abr. 2011.

NASCIMENTO, C.; BRANCHER, V.; OLIVEIRA, V. A Construção Social do Conceito de Infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação**, 2013. Disponível em: <<http://www.revista.unijiu.edu.br>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

PIAGET, J. **A Linguagem e o pensamento da criança**. Trad. de Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1986. 212p.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicol. Esc. Educ. (Impr)**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572005000200012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 fev. 2019.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SARTI, A. Cintia. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família, redes, laços e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008. 1203-1208 p.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 107-116, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11659.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SILVA, Daniela Regina da. **Psicologia Geral e do Desenvolvimento**. Indaial: Ed. ASSELY, 2009.

SILVA, Maria Cecília da. **Aprendizagens e problemas**. São Paulo: Editora Ícones, 1997.

SILVEIRA, Selene Maria Penaforte (org.); DOURADO, Sandra Mara Nunes. **Psicologia da Educação**: Infância e Adolescência. Fortaleza, Ceará: Universidade Vale do Acaraú – UVA, Curso de Pedagogia em Regime Especial, 1999. v. 2.

WAGNER, Adriana; TRONCO, Cristina; ARMANI, Ananda Borgert. **Os Desafios da Família Contemporânea** – Revisando Conceitos. Disponível em: <http://srvd.grupoa.com.br/uploads/imagensExtra/legado/W/WAGNER_Adriana/Desafios_Psicossociais_Familia_Contemporanea/Liberado/Cap_01.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.


WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1998.

_____. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Caracterização da Escola

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p> <p>CENTRO DE EDUCAÇÃO</p> <p>CURSO DE PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO CAMPO</p> <p>ESTUDANTE: Jéssica Thaís Albuquerque da Silva</p> <p>ORIENTADORA: Ana Célia Silva Menezes</p>
---	--

Caracterização da Escola

Nome da Instituição:

Endereço:

Mantedor Financeiro:

Fundação:

Qual a história da escola e como ela surgiu? Foi uma reivindicação da comunidade, iniciativa da secretaria ou do movimento:

Qual modalidade oferece: Ed. Infantil () Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

Quantos alunos matriculados:

Quais as avaliações de massa que a escola realiza?

Quantos professores para cada etapa: Ed. Infantil ____ Ens. Fundamental ____ Ens. Médio ____

Qual é o IDEB da instituição:

Como ocorre a divisão dos espaços físicos (quantas salas de aula, banheiros, sala de leituras, laboratórios...)?

Quantos funcionários têm na instituição?

- Funcionários contratados ()
- Funcionários efetivos ()

Quais os horários de funcionamento da escola?

Como está estruturado o Projeto Político Curricular da escola (PPC)?

A escola presta algum serviço de saúde, cultural, esporte, lazer, ação social à comunidade estudantil?


São realizadas atividades junto à comunidade? Se sim, quais?

Nome do município e a comunidade em que a escola está inserida:

Qual o envolvimento da escola acerca das políticas de Educação do Campo?

Como os professores adotam a metodologia ligada aos problemas do campo?

APÊNDICE B – Caracterização do professor

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p> <p>CENTRO DE EDUCAÇÃO</p> <p>CURSO DE PEDAGOGIA – EDUCAÇÃO DO CAMPO</p> <p>ESTUDANTE: Jéssica Thaís Albuquerque da Silva</p> <p>ORIENTADORA: Ana Célia Silva Menezes</p>
---	--

Caracterização do Professor

Entrevista

Estamos realizando esta entrevista com o intuito de identificarmos com os professores que atuam em escolas do campo, sobre a importância da participação da família e suas contribuições à aprendizagem das crianças.

TEMA DO TCC: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA DO CAMPO: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS, A PARTIR DO OLHAR DOS PROFESSORES.

Nome:

Formação:

Idade:

Tempo de atuação (como docente e na instituição):

QUESTÕES

1. VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA? POR QUÊ?
2. NA SUA OPINIÃO A FAMÍLIA PARTICIPA DA ESCOLA?
3. COMO ACONTECE ESSA PARTICIPAÇÃO?
4. QUANDO A FAMÍLIA É PARTICIPATIVA, QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS RESULTADOS TRAZIDOS POR ESSA PARTICIPAÇÃO?
5. A FAMÍLIA APRESENTA MOTIVOS DE DISTANCIAMENTO?
6. QUAIS OS ESPAÇOS QUE A ESCOLA OFERECE COMO MEIO DE PARTICIPAÇÃO PARA OS PAIS? ISSO É SUFICIENTE?
7. DE QUE MANEIRA OS GESTORES E PROFESSORES PODEM ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO

¹ EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa aborda as questões sobre A participação da família na escola do campo: desafios e contribuições à aprendizagem das crianças, a partir do olhar dos professores e está sendo desenvolvida por **Jéssica Thaís Albuquerque da Silva**, estudante do Curso de Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, sob matrícula **11329991** e tem orientação da Profa. **Ana Célia Silva Menezes**. A pesquisa é parte integrante do **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** e tem por objetivo analisar a importância da participação da família no ambiente escolar no que se refere à aprendizagem das crianças no contexto do campo.

Assim, solicitamos sua colaboração para que participe da coleta de dados da referida pesquisa, respondendo a uma entrevista como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e afins e publicar em revistas científicas e outros meios de divulgação acadêmica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas.

O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa-PB, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura do estudante pesquisado